



HABITAÇÃO NO CEARÁ E O PERFIL ECONÔMICO DA POPULAÇÃO: ANÁLISE DESCRITIVA A PARTIR DE DADOS OFICIAIS

José de Souza Alencar Junior ¹
Ana Milena Silva Feitosa ²
Bruno Vinícius de Menezes Barros ³

INTRODUÇÃO

Em acordo com pesquisa realizada no ano de 2018 pela Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, a demanda por novas habitações no Ceará pode chegar a 987 mil unidades até 2040. O número de moradias deve passar dos atuais 2,9 milhões para 3,9 milhões, em 2040, principalmente pela tendência dos cidadãos a residirem sozinhos.

Observa-se que o estado do Ceará sofre com um déficit habitacional de cerca de 250 mil unidades residenciais e as famílias que são mais afetadas e menos favorecidas estão situadas nas zonas rurais do estado (IBGE, 2012).

Diante da relevância econômica e social do tema para o estado do Ceará, o presente trabalho objetivou realizar uma pesquisa quantitativa descritiva para entender e avaliar o crescimento habitacional e a evolução de renda da população do Ceará, a partir de dados secundários produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) no período de 2010 a 2016, dados mais atuais produzidos pelo órgão.

Entre os principais resultados, destaca-se que as médias anuais para quantidade de casas, apartamentos e cômodos no período analisado são iguais a 2.461.966, 145.820 e 2.504, com desvios-padrão de 162.318, 24.507 e 1.070, respectivamente. Já as médias anuais para os rendimentos de até um salário, mais de um a dois salários, mais de dois a três, mais de três a cinco salários, mais de cinco a dez salários, mais de dez a vinte salários, mais de vinte salários, sem rendimento e sem declaração são iguais a 660.640, 791.625, 474.329, 345.383, 185.609, 63.747, 24.507, 29.934 e 59.864 com desvios-padrão iguais a 75.732, 52.452, 23.187, 16.305, 7.091, 7.198, 5.995, 17.342, 22.710.

^{1,2} Graduando do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Paraíso - UNIFAP;

¹ alencar@aluno.fapce.edu;

² anamilenafeitosa@aluno.fapce.edu;

³ Professor orientador: Mestre, Centro Universitário Paraíso - UNIFAP, bruno.barros@fapce.edu.br.



MATERIAIS E MÉTODOS

A produção deste trabalho teve início com um estudo bibliográfico sobre habitação no Ceará. Para Marconi & Lakatos (1996), a finalidade do estudo bibliográfico é deixar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado tema, permitindo ao cientista o suporte na análise de suas pesquisas ou contextualização de suas informações.

Feitos a seleção e o estudo bibliográfico, partiu-se para a definição do método de pesquisa. Utilizou-se aqui o método quantitativo. Segundo Godoy (1995), nesse método há clara preocupação com a medição objetiva e a quantificação dos resultados.

Nesta pesquisa foram usados dados secundários relacionados a habitação, ocupação e classes de rendimentos no Ceará. Os dados foram retirados dos Anuários Estatísticos do Ceará dos anos 2010 a 2016, produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). De acordo com Mattar (2008), as vantagens da utilização de dados secundários são a economia de tempo, dinheiro e esforços.

Os dados sobre habitação e perfil econômico utilizados nesta pesquisa se dividem nas variáveis tipos de domicílios, iluminação elétrica e renda populacional.

Para tipos de domicílios foram levantados, anualmente, o número de casas, de apartamentos e de cômodos. Em relação à renda populacional, foram analisadas rendas até um salário, mais de um a dois, mais de dois a três, mais de cinco a dez e mais de dez a vinte salários mínimos, além de situação econômica sem rendimento e sem declaração de rendimentos. Para iluminação elétrica foram analisados o número de residências que utilizavam energia elétrica.

Feita a coleta e separação inicial dos dados, os mesmos foram tabulados conforme a necessidade de pesquisa, bem como utilizados para a construção de gráficos auxiliares às análises. Procedeu-se, então, com o tratamento e com a análise estatística. De acordo com Merriam (1998), o processo de coleta e análise dos dados é recursivo e dinâmico, além de ser muito intuitivo. Já o tratamento, leva o pesquisador à elucubração sobre os dados, produzindo o conflito entre teoria anterior e a análise atual.

A análise estatística, enfim, foi realizada em duas etapas: descrição dos dados e a avaliação das generalizações obtidas por meio das medidas estatísticas. Essa análise foi feita com o auxílio do *software Microsoft® Office Excel*.



REFERENCIAL TEÓRICO

Em âmbito nacional, futuramente espera-se um Brasil diferente quanto às questões de moradias. Até 2040 haverá redução do compartilhamento de domicílios e mais cidadãos vivendo sozinhos. Por outro lado, a própria residência vai se tornar cada vez mais um local de trabalho. Projeta-se também que a busca por aluguéis tende a crescer proporcionalmente à compra da casa própria. Para acompanhar essa projeção, o Brasil ainda precisa construir cerca de 30 milhões de moradias para equacionar a demanda, uma exigência anual de quase um milhão de domicílios (Ministério das Cidades, 2018).

Vale destacar que essa demanda por moradias guia as políticas públicas e também a forma como o setor privado precisa se organizar daqui por diante para suprir as principais necessidades dos brasileiros em relação ao lugar onde irão morar. Além disso, a falta de adequação habitacional, resultado de moradias sem mínimas condições de habitabilidade, também necessita ser combatida, em conjunto com ações complexas, como a busca pelo saneamento. Isso é o mínimo requerido para a produção de um país mais justo (Ministério das Cidades, 2018).

Na busca por uma definição formal, a casa (habitação unifamiliar) é vista como o produto humano que melhor representa os valores culturais, econômicos e sociais de uma sociedade. Ela exprime até a individualidade de cada proprietário, família ou pessoa nela residente. Tem como função principal o abrigo, e constitui para seus usuários um envoltório seletivo, moderador e corretivo das variações climáticas (LEMOS, 1996).

Em um contexto mais arquitetônico, as abordagens sobre a questão habitacional agregam, logicamente, diferentes focos, como: apreender as contradições presentes no acesso e nas formas de morar nos diferentes espaços, pensar e criar a estética das habitações e a relação delas com o espaço intraurbano, entender como historicamente as diversas sociedades realizam seu morar, compreender as relações existentes entre as formas de morar com as condições de saúde e entender a atuação, entre outras (ASSIS, 2013).

Voltando-se para o cenário cearense, segundo dados do governo do estado do Ceará, o estado segue a demanda por habitação observada no país, e até de maneira mais acentuada, já que o número crescente de domicílios no estado supera índices do Nordeste e do Brasil (IPECE, 2020).

Para entender melhor essa demanda por habitação, destaca-se que os componentes do déficit habitacional são identificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos,



inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco), coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo), ônus excessivo (famílias com renda de até três salários mínimos despendendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três). (RIBEIRO, 2014)

Essa demanda por habitação pode promover outras necessidades. De acordo com Rubin e Bofe (2014), o crescimento urbano aumenta a exigência de infraestrutura, afetando o funcionamento das cidades e a qualidade de vida da população. O problema habitacional e as condições não adequadas de moradia da população de baixa renda também são problemas gerados pela veloz urbanização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos dados cearenses, no período de 2010 a 2016, nota-se que houve aumento de 23,57 % no número casas, diminuição de 23,33 % para apartamentos e diminuição de 46,81 % para domicílios do tipo cômodo. Em valores totais, representaram variação de 2,172 milhão para 2,684 milhão de casas e 215 mil para 167 mil apartamentos e de 4,7 mil para 2,5 mil cômodos.

As médias anuais para os números de casas, apartamentos e cômodos no período analisado são iguais a 2.461.966, 170.235 e 3.435, com desvios-padrão de 162.318, 24.507 e 1.070, respectivamente. Os coeficientes de variação iguais a 6,6 %, 14,4 % e 31,2 % expõem a boa representatividade da média para a análise descritiva.

A análise dos quartis mostra que no ano de 2014 a quantidade de casas (2.598.258) foi maior que aproximadamente 50% dos anos analisados. A mesma análise pode ser feita para apartamentos no ano de 2013 (165.788) e cômodo no ano de 2011 (3.278).

Analisando a evolução do uso instalações elétricas, o crescimento foi de 17,86 % no período, com variação média anual de 3,16 % e números totais de 2,3 milhões para 2,8 milhões. A média anual para o número de domicílios com rede elétrica foi de 2.625.130, com desvio-padrão de 149.023.

Analisando o rendimento populacional de 2010 a 2016, foi possível compreender que houve um aumento de 38,49 % nos números pessoas com renda de até um salário mínimo, 22,85 % na classe de mais de um a dois salários, 10,46 % na classe de mais de dois a três



salários e 12,57 % entre mais de três a cinco salários mínimos. Em termos absolutos, representam um crescimento de aproximadamente 583 mil para 807 mil de até um salário mínimo, 697 mil para 857 mil de mais de um a dois salários, 443 mil para 489 mil de mais de dois a três salários e de 329 mil para 370 mil de mais de três a cinco salários mínimos.

Analisando ano a ano, as maiores variações para até um salário mínimo e mais de dois a três salários ocorreram de 2013 para 2014, de 14,59 % e 8,77 %, respectivamente. Para mais de um a dois salários, o melhor período foi de 2010 a 2011, com 9,76 % e para mais de três a cinco salários, com 8,69 %, foi entre 2011 e 2012.

As médias anuais para os rendimentos em até um salário, mais de um a dois salários, mais de dois a três, mais de três a cinco salários, mais de cinco a dez salários, mais de dez a vinte salários, mais de vinte salários, sem rendimento e sem declaração são iguais a 660.640, 791.625, 474.329, 345.383, 185.609, 63.747, 24.507, 29.934 e 59.864, respectivamente, com desvios-padrão iguais a 75.732, 52.452, 23.187, 16.305, 7.091, 7.198, 5.995, 17.342, 22.710.

Analisando os quartis, observou-se que para até um salário mínimo a quantidade de rendimento do ano de 2011 (635.899) foi maior do que 50% dos rendimentos analisados. A mesma análise pode ser feita para mais de um a dois salários no ano de 2013 (819.313), para mais de dois a três salários no ano de 2013 (474.035), para mais de três a cinco salários no ano de 2012 (353.978), mais de cinco a dez salários foi no ano de 2011 (185.437), mais de dez a vinte no ano de 2012 (72.092) e mais de vinte em 2009 (28.722).

Por último, destaca-se que a renda média do cearense é de 2,5 salários mínimos, com desvio-padrão igual a 0,14 salário. O coeficiente de variação igual a 5,5 % mostra a boa representatividade da renda média para definição do perfil econômico da população no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que ocorreu um avanço no número total de domicílios e do consumo de energia elétrica, ao passo que cresceu a renda da população. Viu-se um crescimento no número de casas, mas redução do uso de apartamentos e domicílios com apenas um cômodo. Isso sugere que a população cearense passou a optar por casas em vez de outro tipo de moradia.

Diante disso, é possível entender que a evolução da renda da população gera maiores possibilidades de habitação e qualidade de vida, evidenciando a importância de desenvolver estratégias que visem o crescimento do emprego e da renda para a concretização do direito à moradia.



Por todo o dito, nota-se que a compreensão da organização habitacional de uma região, associada à renda da população ali instalada, é fundamental para entender aspectos sociais e econômicos relevantes para a tomada de decisões governamentais e para as políticas públicas.

Vale destacar, por fim, que essa pesquisa não se esgota aqui. Na verdade, é um passo inicial para o entendimento da evolução do comportamento habitacional no Ceará, cabendo, a posterior, análises mais robustas que visem a correlacionar as variáveis estudadas.

Palavras-chave: Habitação no Ceará; Rendimento populacional, Condição dos Imóveis.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Carlos Josué. **O Programa de Arrendamento Residencial - PAR: Os agentes e sua materialização no espaço Metropolitano de Fortaleza.** 2013. 202 f. Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. CD-ROM.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995a.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Anuário Estatístico do Ceará. **IPECE**, 2020. Disponível em: < <https://www.ipece.ce.gov.br/anuario-estatistico-do-ceara/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

LAKATOS, E. M. E MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEMONS, Carlos. História da casa brasileira. Repensando a história. São Paulo: Contexto, 1996. 83 p

MATTAR, N. F. **Pesquisa de marketing.** 4. ed. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2008.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.

Ministério das Cidades. **Demanda por futuras moradias: democracia, habitação e mercado.** 1 ed. Niteroi: UFF, 2018.

RIBEIRO; V. A. **Déficit habitacional municipal em Minas Gerais/Housing deficit in Minas Gerais municipalities.** Caderno de Geografia, v.25, n.43, 2015

RUBIN G., R., E BOLFE, S., A. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** Ciência e Natura, Santa Maria, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014, p. 201–213